

florete

por João Garin

“O Planeta dos Macacos”(6)

Acção cultural: Secretariado da Propaganda Eleitoral Permanente e da Subversão à Cultura



Desde o dia 19 de Dezembro de 1978, ou seja, logo após o seu acto de posse, que David Mourão-Ferreira, renunciara a comandar as actividades da SEC, reservando para si apenas a actividade que se insere numa estratégia de diversão — o provocar festejos comemorativos de efemérides.

Nesse sentido, procedeu da seguinte maneira:

Ao abrigo de decretos datados de 1960, 1967 e 1968, o actual secretário de Estado em exercício fez delegações de competência sem reservas nos directores-gerais dos diversos departamentos. Sucede, porém, que o fez com base na legislação elaborada para prover a uma situação de facto diametralmente oposta à actual, ou seja, quando a função de director-geral era um cargo político que só podia ser exercido por pessoas de inteira e comprovada confiança dos ministros ou secretários de Estado, os quais dentro da dinâmica do sistema então vigente, neles delegavam, com toda a lógica e sossego, competências alargadas.

A actual situação é bem diversa.

A delegação de competências no director-geral da Acção Cultural, Fernando Alçada tem, por exemplo, características de acontecimento inesperado, quase pícaro.

Com efeito, este militante do PS, lencado com a confiança do partido, em especial de António Reis e Santa Clara Gomes, considerando-se logicamente “demitido” com a queda do III Governo, nem sequer compareceu à tomada de posse de Mourão-Ferreira, pretextando doença.

Fernando Alçada enganava-se, todavia, e de “demitido” transformou-se num “admitido e reconfirmado” subsecretário de Estado da Cultura” cargo que, na prática, um director-geral da Acção Cultural com poderes delegados desempenha.

Esta delegação é um desvio ao acordo tácito de apartidarismo que informou o IV Governo. Mais do que um desvio, ela é uma subversão a esse acordo uma vez que a Acção Cultural manipula todas as formas de difusão de propaganda eleitoral e doutrinação partidárias que se possam camuflar com o rótulo de “manifestação cultural”.

Com efeito, compete à Acção Cultural, herdeira da 5a. Divisão gonzalvista, através da sua lei orgânica “estudar, propor e executar programas nacionais de difusão cultural das diversas formas de expressão artística, nomeadamente, através da produção sistemática de acontecimentos culturais”.

A capacidade de manobra desta Direcção-Geral tornam-na cobiçada porque o partido político que a dominar tem gratuitamente ao seu serviço, um secretariado de propaganda eleitoral permanente e sistemático. Tanto mais precioso quanto qualquer doutrinação ou comércio políticos se podem mascarar atrás da fachada de “acontecimento cultural” — basta misturar-lhes pelo meio uns quaisquer Manuel Alegre ou Ary dos Santos declamando graves e compenetrados apelos ao eleitorado disfarçados de poemas.

Quem domina na Acção Cultural?

Comunistas e socialistas pendurados em seis direcções de serviços que controlam todo o território nacional. Todos eles são remunerados pelo Estado e concedem subsídios para a propaganda das respectivas ideologias e partidos à custa do erário público e através de todos os apoios logísticos e meios de difusão nacionalizados, estatais ou intervencionados.

À sombra do alibi de impulsionarem a Cultura no País, angariam votos e instrumentalizam as massas a seu favor — eis a chamada Dinamização ou Acção marxistas. Este facto leva-me a chamar à SEC, para além de “Planeta dos Macacos”, o “Secretariado Permanente da Dupla Subversão”: subversão à Cultura e à Lei Eleitoral.

Na realidade, os partidos infiltrados na Acção Cultural têm a sua campanha eleitoral alargada a uma ANP — Acção Nacional Permanente — enquanto os outros estão limitados pelas restrições previstas na lei.

Já pedi, ao abrigo da Constituição, informações detalhadas sobre a concessão de subsídios, mas entretanto, vou revelar alguns números esclarecedores: o centro cultural de Évora, comandado pelo comunista — ou APU — Mário Barradas recebeu um subsídio de 5600 contos para orquestrar uma população de 170 mil habitantes — o distrito de Bragança, com a mesma população, “beneficiou” de 133 contos; ao distrito do Porto, com 1 milhão e 300 mil habitantes, atribuíram-lhe a esmola de 340 contos. O distrito de Aveiro, com 546 mil habitantes, recebeu 76 contos; o de Braga, com 617 mil habitantes, teve 70 contos; o da Guarda, com 40 500 habitantes, levou 10 contos e ao distrito de Leiria, com 83 mil habitantes, saíu a “taluda” dos 2800 contos.

Mas o que sucede a alguém que, não se chamando Mário Barradas e não saudando simlesicamente os “camaradas” de punho fechado, tenha a impertinência de pedir um subsídio à SEC, por exemplo, para publicar um livro sobre Teatro?

Se for teimoso chegam a atendê-lo, facto insignificante, dado negarem-lhe impreterivelmente o subsídio, mesmo que essa ajuda seja modesta, reembolsável e se destine a concluir uma importante obra de investigação sobre o teatro popular português.

Tal sucedeu ao recém falecido teatrólogo e poeta Azinhal Abelho na sua malograda tentativa de dar à estampa, com ajuda da SEC, uma notável pesquisa realizada no Ultramar sobre as influências do Teatro popular metropolitano no teatro africano, obra com que se concluiria um trabalho de uma vida inteira.

Em contrapartida, a Acção Cultural esbanjou 16 800 contos para financiar propaganda marxista disfarçada de teatro ou de festivais de intervenção cinematográfica e para alimentar as ondas de música que animam habitualmente as jornadas do “Avante”, ou ainda para amamentar o jornalista ou colaborador de “O Diário”, António Modesto Fernandes Navarro, técnico de 3a. classe, com 13 800\$00 de ordenado, nas suas tentativas para pôr a funcionar um centro de subversão, conhecido por “Associação Nordeste Transmontana”. Felizmente que a população de Vila Flor de Trás-os-Montes, de onde Navarro é natural, não lhe permitiu — a não ser com a guarda da GNR — circular à vontade. Gorou-se assim a tentativa deste agente comunista, infiltrado na Acção Cultural desde 75, por requisição à “latina” e que goza da protecção do seu confrade Madeira Luís.

Mas estes casos são apenas uma gota de água no oceano...

Por razões que me são próprias, a violação ao articulado da lei eleitoral e a batota permanente ao que nela se dispõe impressionam-me menos do que a subversão à Cultura.

O que mais me repugna é que, em nome da Cultura, se subvertam os conceitos de modo a: equiparar a criatividade cultural à astúcia eleitoral; nivelar o autor intelectual com o papagaio amestrado e o agente cultural com o pedichão de subsídios; confundir obra literária e artística com decalcomanias reivindicativas; baralhar fomento cultural com subsídio à vadiagem; igualar o talento ao arranjismo e o imperecível ao transitório; não distinguir entre rebeldia criativa e obediência canina ao partido; em suma, não descortinar a barreira intransponível que separa a elite intelectual dos agentes subversivos, entre o ser liberto e o macaco condicionado.

David Mourão-Ferreira atirado como banana para esta aldeia dos macacos não se apercebeu ainda quanto repulsiva, perigosa, mediocrizante e aniquiladora é a trama originada, difundida e tutelada pela SEC e nela está a ser devorado e aniquilado. Por isto imponho-me como dever prosseguir o meu trabalho, até que — e julgo que não falta muito tempo se tivermos em conta as palavras do Primeiro-Ministro — alguém ponha cobro à burla sistemática praticada a coberto da cultura.